

SESSÕES DO PLENÁRIO

48ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de junho de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum e Zé Raimundo Lula. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Mirela Macedo comunicando que, por motivo de doença, esteve ausente nas Sessões dos dias 28 e 29/5/2019, conforme atestado apresentado.

Da Deputada Talita Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 14,15 e 16/5/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 44^a, e 45^a, realizadas, respectivamente, em 29 de maio de 2019 e 3 de junho de 2019; das sessões especiais: 31^a e 32^a, realizadas, respectivamente, em 30 de maio de 2019; e do Termo de Abertura do dia 6 de junho de 2019.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados, que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Para iniciar o Pequeno Expediente, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores da imprensa, senhores e senhoras, nossos companheiros e companheiras servidoras desta Casa e aqueles que nos veem na *TV Assembleia*. O Brasil, ontem à tarde, assustou o mundo – uma repercussão de uma dimensão nunca vista. O Brasil está em todos os grandes jornais do mundo. Ali, colocando às claras a maior farsa. A farsa que desmoralizou o Poder Judiciário deste país, desmoralizou o Ministério Público. Está ali exposta de forma clara, transparente, uma trama judicial. E aí o Papa Francisco – maior estadista da história do mundo deste momento – dizia, na sua carta a Lula, que a verdade apareceria.

E do outro lado, quando o Sérgio Moro mandou grampear a presidenta Dilma, ultrapassou o período legal. Quando o cobraram, ele declarou que mais importante – ali a ilegalidade não pesava muito – eram os conteúdos gravados. E veja que conteúdos aparecem: a trama de um juiz, quando a obrigação dele, a competência, a ética era para ele ser o julgador. Ele combina com o acusador como fazer para impedir a candidatura do maior presidente dessa história.

Sr. Presidente, não cabe outra possibilidade a não ser a renúncia de Sérgio Moro, para que honre o Poder Judiciário deste país! Os grandes tribunais, todos os juízes devem exigir. Não tem outro jeito de recuperar a honra, a moral do Poder Judiciário. E o Dallagnol, aquele *yuppiezinho*, tem que renunciar. O Ministério Público tem que cobrar esses elementos. E isso já se falava. Era uma trama internacional do grande capital.

E aqui se construiu a narrativa correta. O Partido dos Trabalhadores estava certo, era um golpe articulado pelo poder econômico. E aqui nesta Casa a Bancada do Partido dos Trabalhadores incorporou aos seus nomes Lula da Silva. E aqui alguns deputados questionaram porque incorporar o nome de um condenado. E a história hoje aparece de forma implacável. Só a história, a história é muito mais importante do que todos nós. Mais importante do que qualquer discurso. Ela aparece ali para botar às claras, para colocar para o mundo, para todos os brasileiros como a elite... A elite escravista, aquela que eliminou Palmares, aquela que dizimou nossos índios, aquela que foi construída a partir dos colonizadores fétidos que chegaram a este país. E os nossos indígenas, de forma generosa, ajudaram esses ordinários a sobreviver.

É essa a origem dessa elite, que é capaz de tudo, não tem limite para manter os seus privilégios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e não resta outra alternativa. Essa Nação tem que recuperar o seu destino, a sua democracia, a liberdade, a soberania entregue. Quando o sujeito que foi eleito presidente da República, graças a esse golpe e essa trama, vai prestar continência à bandeira do maior chefe do imperialismo no mundo...

(O Sr. Presidente faz soas as campainhas.)

(...) a bandeira americana.

Então, só resta ao povo brasileiro... Nós precisamos recuperar essa Nação. Moro, renuncie! Dallagnol, renuncie! E cancele-se essa eleição fraudada que vitimou o povo brasileiro.

Viva a democracia! Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches. (pausa) Não estando, o deputado Samuel Júnior. (Pausa) Não estando, a deputada Olívia Santana, por 5 minutos. (Pausa) Deputada Olívia Santana, desistiu? Samuel está sem ânimo.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, claro que... Boa tarde a todas e a todos. Sr. Presidente, é claro que o assunto do dia, hoje, não só aqui, mas acredito que em todas as Casas Legislativas do país, é exatamente essas informações vazadas publicadas no site *The Intercept*, que colocam a público informações que nós já sabíamos, ainda que não tivéssemos tido acesso a esse catatau de provas que foram aqui apresentadas, que foram apresentadas pelo *site*. Nós sabíamos que a Operação Lava Jato há muito assumiu uma posição politizada, uma posição parcializada, uma posição política que escondia objetivos outros, objetivos maiores que eram exatamente impactar a disputa eleitoral de 2018.

É lamentável que estejamos diante de um conluio entre um juiz, que deveria ser isento, e um promotor do Ministério Público, que assume essa relação tão imbricada. Parecia até... As mensagens que foram reveladas demonstram que o juiz Sérgio Moro, na verdade, conduziu e orientou as ações do Ministério Público em relação principalmente à situação do presidente Lula. O objetivo era exatamente prender o presidente Lula, tirar o presidente Lula da jogada, da disputa eleitoral.

Portanto uma atitude que é imperdoável, inadmissível. As nossas cortes, as cortes brasileiras precisam inclusive se pronunciar diante desse fato. Porque nós não podemos examinar o que aconteceu, o que está acontecendo durante esses 5 anos da Lava Jato apenas como um problema entre o juiz Sérgio Moro e o Partido dos Trabalhadores, ou um ataque ao presidente Lula, que já é demais.

Mas tem algo ainda maior que está em risco, que é o Estado democrático de direito, o sentido de justiça neste país. O juiz Sérgio Moro deixa muito bem explicitado

que ele não estava preocupado em fazer justiça. Ele estava preocupado em torcer os fatos para prejudicar o denunciado, no caso o ex-presidente Lula. E isso vem a nu!

E se antes a gente tinha provas, ou se antes a gente tinha convicção do quanto a Lava Jato estava contaminada politicamente, hoje nós temos as provas daquilo que nós já denunciávamos. Então é um absurdo o que está acontecendo no país. Esse processo... Todo juiz que tem algum interesse num determinado caso se julga impedido, em respeito à Constituição, de julgar aquele determinado caso.

O juiz Sérgio Moro nunca se declarou impedido, muito pelo contrário. Ele usou o poder que tinha no TRF4, ele usou suas relações com o Ministério Público, com o Dallagnol e manipulou a Operação Lava Jato, direcionando aos seus desafetos. Então isso é extremamente grave. Esse processo que resultou na condenação do presidente Lula, em segunda instância, está completamente comprometido e precisa ser declarado nulo. Porque ficou muito explicitado, e não houve... Observem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que a resposta dada agora, as declarações tanto de Sérgio Moro quanto de Dallagnol não são de dizer: “Olha, isso aí é uma mentira, essas mensagens elas não são verdadeiras.” Eles não estão dizendo isso. Eles não estão refutando as mensagens. Eles estão dizendo que foram hackeados e que é um absurdo o vazamento dessas mensagens. Não era absurdo antes eles...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) alimentarem a grande mídia com cada passo da Operação Lava Jato. Agora que eles foram *hackeados* o problema está no vazamento. Mas nós...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) estamos discutindo, para concluir, o mérito das mensagens. E o mérito deixa muito bem estabelecido que houve, sim, uma violação do Código Penal, uma violação à Constituição democrática desse país e uma ruptura dos procedimentos que todo juiz deve honrar, faz juramento para honrar, para garantir a sua imparcialidade. O juiz Sérgio Moro não foi imparcial, o Ministério Público Federal está numa situação de desmoralização e o TRF4 também. Então, no mínimo, eles deveriam renunciar, porque o Brasil está mal na fotografia...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) não só do ponto de vista nacional quanto do ponto de vista internacional. Não houve justiça em nenhum momento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Olívia...

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) houve um uso político inadequado para prender a maior liderança que este país já produziu e garantir a eleição...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Olívia.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) de Bolsonaro que foi o que acabou acontecendo infelizmente.

Obrigada, presidente. Desculpa ter extrapolado. Obrigada pela sua tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, o problema não é nada. É porque o Pequeno Expediente... Tudo bem que hoje a sessão está tranquila, mas às vezes quando passa dos 5 minutos um acaba atrapalhando o outro.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Samuel.

(O Sr. Alan Sanches se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Logo depois, V. Ex.^a com a concordância do seu líder. Claro, a gente inverte as posições.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas deputados, meu amigo Alan – uma figura – neste final de semana esteve num trabalho de ação social, assim como eu também tenho um trabalho de ação social. Todo final de semana, a gente tem ido a um bairro aqui de Salvador ou na região metropolitana para assistir o povo que mais carece. É uma alegria estar vendo ali o nosso vereador lá de Teixeira de Freitas. Deus o abençoe! Um abraço àquele povo do Extremo Sul.

Mas, Sr. Presidente, subo a esta tribuna aqui hoje, porque, no último domingo, ontem, exatamente todo segundo domingo do mês de junho, é comemorado o Dia do Pastor. E essa figura, o pastor, que tem como responsabilidade nos trazer o alimento espiritual, trazer orientação espiritual, ele presta grande trabalho a nossa sociedade. A exemplo lá da cidade de Teixeira de Freitas que nós temos o pastor Otávio, que já está naquela igreja por mais de 15 anos, 17 anos, à frente daquele trabalho... Eu sempre uso como exemplo de pastor, o pastor Waldomiro que é o presidente da minha Convenção, que está à frente da Convenção há mais de 13 anos.

E na igreja, Aderbal, temos muitas pessoas que deram muito trabalho à sociedade, pessoas que quando estavam à margem da sociedade, bebiam, usavam drogas, chegavam em casa agressivas, dando trabalho. E exatamente esses homens... às vezes, passam muito despercebidos, trazem a palavra de paz, a palavra de esperança ao homem, conseguem reintegrar esse homem à sociedade, devolver esse homem a sua família. E às vezes a gente não faz menção ao grande trabalho relevante que tantos homens de Deus fazem. A minha igreja em especial, a igreja Assembleia de Deus, que está instalada nos 417 municípios do estado, tem vários pastores também que foram enviados para campos missionários, para outros países pregar o evangelho.

Fiz uma moção que foi publicada no nosso diário, mas subo também a tribuna para honrar esses homens, parabenizá-los pelo seu dia. E também fazer menção ao pastor Jerônimo, que ontem depois de mais de 40 anos dedicando a sua vida ao Senhor – e muito especialmente 22 anos ali na cidade de Cipó – teve a sua jubilação, que é a sua aposentadoria, quando a igreja esteve reunida para louvar a Deus pela vida dele. Foram feitas várias homenagens e me comprometi com aquela igreja de que hoje também subiria a esta tribuna para estar honrando aquele homem que muito dedicou a sua vida à obra de Deus.

Então, essa é a minha fala, presidente. Agradeço a V. Ex.^a. Parece que é sempre coincidência, as vezes em que subo a esta tribuna V. Ex.^a está presidindo, me sinto

muito honrado. Esta semana estou indo lá na região do senhor, em Campo Formoso, fazer uma visitazinha, comer um bodezinho e exaltar o nome do Senhor, que é sempre o que tenho feito.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Samuel.

Com a palavra, o deputado Alan, por 5 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, nós precisamos, inclusive, fazer uma incursão para que consigamos uma produção legislativa maior no dia de segunda-feira com nossos pares, os 63 deputados e deputadas, podemos instituir um dia de debate. Inclusive, eu já fiz uma solicitação ao próprio presidente, falei com os Líderes tanto da Oposição como do Governo que nós poderíamos – pela dificuldade que eu tenho tido na Comissão de Saúde, de abrir e de fazer funcionar a Comissão de Saúde – trazer para o dia de segunda-feira, por exemplo de tarde, quando não houvesse votação, que concomitantemente pudéssemos, como é na Câmara Federal, estar fazendo a reunião na Comissão de Saúde.

Estou dando o exemplo da minha comissão, mas diversas comissões também podem estar com algum problema de horário. Na terça-feira, por exemplo, para que V. Ex.^{as} entendam, eu estou na CCJ e, ao mesmo tempo, eu estou na Saúde. Então, a gente acaba tendo que ficar se dividindo e participando de duas comissões. Agora existem outros deputados que não estão conseguindo participar da Comissão de Saúde e estamos tendo dificuldade de abrir. Eu já fiz essa solicitação, peço para a Saúde, mas peço também ao Sr. Presidente e à Mesa Diretora, para as comissões que necessitem da mudança de horário e não estão conseguindo, porque as comissões, aqui na Casa, só funcionam terça e quarta de manhã, são 15 comissões. Então, fica difícil não ter concomitância de reuniões no mesmo horário e isso acaba prejudicando o processo legislativo.

Então, acho que um dia interessante seria o dia de segunda, mas seria importante que discutíssemos com toda a Casa. Estivemos, de ontem para hoje, sabendo das dificuldades pelas quais o Brasil passa. E muitas vezes a Casa acaba se desvirtuando, os deputados e deputadas e trazendo o debate nacional para Casa, o que é legítimo, mas esta Casa o que precisa trazer para o debate acirradamente, deputado Targino Machado, é a solução para a greve da educação.

Nós temos aqui diversos partidos que militam, principalmente os partidos de esquerda, tanto o PSOL, PCdoB e PT, justamente na classe dos educadores, dos professores, dos técnicos em educação, mas que por mais que estejam, deputada Olívia, tentando resolver, essa solução não chegou, porque eu acho que temos que ser um pouquinho mais enérgicos.

Inclusive os professores, os educadores, os técnicos estavam e estão acampados na frente da Secretaria de Educação pegando chuva – porque houve uma frente fria muito grande nesse final de semana – com dificuldade para entrar lá na Secretaria de

Educação. O que eu acho, o que eu vejo é o secretário de Educação, que é um homem probo, um homem direito, um homem que gosta da negociação, mas que não está funcionando, não está negociando, não quer chegar a um consenso.

Não adianta o nosso governador do estado, que foi forjado, feito, maquiado, trabalhado nos sindicatos chegar agora e não poder conversar. Eu sempre digo que é muito fácil ser pedra, porque, às vezes, a pessoa joga pedra sem a menor responsabilidade de onde vai acertar, mas quando se torna vidraça, você tem que incorporar isso, eu acho que falta isso ao governador. Da mesma forma que eu acho que falta ao governador assumir uma postura que todos estão lhe cobrando, uma postura real, uma postura digna com relação à Previdência.

Qual é a posição do governador com relação à reforma da Previdência? Ele vai dizer que não é necessária? No ano passado ele já esteve aqui apresentando os dados, o secretário da Fazenda, o Manoel Vitória, do rombo que tinha na Previdência. Ele acha que deve ou não reformar? Porque ele pode falar com...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) seus 39 deputados federais aqui da Bahia e dizer: “Não. Eu quero que realmente a Bahia fique de fora.” E que a gente possa encaminhar para a Assembleia Legislativa, se ele achar que é necessário, uma reforma aqui do estado da Bahia, mas o que não pode é uma pessoa que tem a responsabilidade do tamanho da do governador do estado não se posicionar. O governador do estado tem que ser claro: “Eu sou a favor ou eu sou contra a reforma da Previdência?”. Porque isso, com a sua tolerância, nobre deputado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) ele tem que trazer. Quando um homem assume um posto dessa envergadura, que é o de governador do estado, ele tem que ser claro, ele não pode ficar em cima do muro sem dizer qual é o posicionamento dele. O governador do estado, deputado Robinson, é contra ou é a favor, deputado Aderbal, da reforma da Previdência? Tem que ficar claro para o nosso estado, tem que ficar claro para a Bahia, tem que ficar claro para o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Com a palavra, agora, o nosso grande Líder Adolfo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES: Sr. presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Olívia, imprensa presente, deputado Alan, eu não sou o Líder do Governo, mas o governador Rui Costa tem deixado bem claro qual é a posição da Bahia. É claro que ele é favorável à Previdência, até porque o rombo na Previdência, aqui no estado da Bahia, foi de quase R\$ 5 bilhões em 2018. Imaginem R\$ 5 bilhões em estradas, em hospitais, em escolas... Seria uma montanha de dinheiro e isso é que o governo da Bahia... Quase R\$ 400 milhões/mês tira dessas outras atividades para complementar o salário dos pensionistas e aposentados. Como o Brasil ouviu o governador de Goiás

dizer que tira R\$ 200 milhões/mês para complementar a Previdência dos servidores de Goiás.

Então, 24 de 27 governos de estados da federação, tirando os estados mais novos, como Tocantins e outros três lá do Norte, estão quebrados. Então, é claro que o governador tem deixado clara a sua posição. É favorável? Sim, sofrendo até críticas de outros parceiros do PT, mas o governador é um homem lúcido. É claro que ele é favorável, desde quando se retire a medida que atinge os aposentados rurais, a capitalização, o benefício continuado. O governador quer – acredito que já marcaram com todos os governadores – ouvir do ministro Paulo Guedes e do relator qual é, de fato, o projeto que vai ser encaminhado para a Câmara dos Deputados. Até porque na situação de insolvência em que se encontram as prefeituras e os estados, ninguém em sã consciência é contrário à reforma da Previdência, a não ser que queira que o Brasil afunde de vez logo, que é o caminho pelo qual nós estamos indo.

E a cada dia aparecem mais problemas. Hoje o Brasil e o mundo assistem estarecidos o acusador combinando com o julgador. Nas gravações o Dallagnol, o homem do *powerpoint* do Ministério Público, combinando vergonhosamente com o ministro da Justiça, que quer ir para o Supremo Tribunal Federal. Veja a que ponto. Combinando: “Faça assim, é melhor assim. Olha, se derem uma liminar para o Lula dar a entrevista, a gente manda a Polícia Federal desobedecer, porque aí passa o prazo e o Lula não ganha a eleição.” É uma vergonha. Não estou aqui defendendo partidos no caso, mas é uma vergonha. Estou defendendo as instituições.

Hoje a imprensa também está dizendo que 49 magistrados, entre ministros, desembargadores e juízes de todo o Brasil, foram afastados por estarem vendendo sentença ou cometendo outras irregularidades que levaram ao seu afastamento. E receberam mais de R\$ 50 milhões. Quer dizer, aqui no Brasil, quando um desembargador ou ministro é pego vendendo sentença, tem um prêmio, vai ficar na praia recebendo todo o salário. Na praia! Esse é o retrato.

Então, a gente não pode querer muita coisa deste país. É uma vergonha. Cada dia a gente que torce, independente de posições partidárias, como brasileiros, torcemos... Eu mesmo não votei no Bolsonaro. Esse que, com tantos problemas que o Brasil tem, cada dia inventa um problema: é querendo duplicar os pontos necessários para se perder uma carteira. É querendo liberar que não se bote a cadeirinha de crianças, que é o maior índice de mortalidade, quando tem criança e quando tem alguma batida, alguma virada. O cara parece que está pirado de vez. É brincadeira esse presidente, é brincadeira. Mas nós estamos numa democracia, tem de aguentar, até porque a maioria do povo brasileiro o escolheu.

Quer tirar o teste que se faz da maioria dos carreteiros que andam aí “arrebitados” tomando produtos, cheirando cocaína para poder ficar 3,4 dias acordados para poder dar conta do frete, para ver se ganham algum dinheiro. Então, vocês imaginem que no ano de 2017 quase 70 mil brasileiros morreram, foram mortos no Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) E o presidente da República, com tantos assuntos, quer armar a população.

Hoje mesmo o Brasil está estarrecido... Vou encerrar... Um pai matou o namorado da filha, o pai do menino e a mãe de uma vez só. Então, você imagine se todo mundo estiver armado nas câmaras de vereadores, nas assembleias, você imagine. É com o que o presidente Bolsonaro está preocupado. Parecendo que o Brasil não tem uma agenda, não tem problemas de reforma tributária, previdenciária e por aí vai.

Então, Sr. Presidente, são lamentáveis esses fatos que novamente, diariamente acontecem em nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Júnior): Parabéns ao nosso colega.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, deputado Targino, quero registrar aqui a presença do vereador Ronaldo Baitakão, lá da linda cidade de Teixeira de Freitas. Eu não sei se os demais que estão lhe acompanhando são vereadores lá, Vereador Agnaldo. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Deputado Targino, antes de passar para o senhor, nosso presidente chegou aqui, então cabe a mim...

O Sr. Nelson Leal: Não, pode continuar.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Júnior): Pode já passar para ele?

Com a palavra, o nobre deputado Targino pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, das Galerias, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*. Eu quero, antes da minha fala propriamente dita, pedir encarecidamente a S. Ex.^{as}, senhores governador Rui Costa e Secretário de Saúde Fábio Vilas-Boas, porque está internado no Hospital Municipal de Simões Filho, o Sr. Joselito Ferreira Cazumbá, 59 anos, com o número na regulação 2366721. Deu entrada na Regulação no dia 7 deste mês e precisa ser transferido para se submeter a um cateterismo cardíaco. O paciente foi acometido de IAM, Infarto Agudo do Miocárdio, e precisa de transferência, não em caráter de urgência, não, é de emergência, sob pena de ir a óbito no Hospital Municipal de Simões Filho. Eu peço encarecidamente a S. Ex.^a o governador que fala tanto em tamanho G, a benevolência, já que ele não encara isso como obrigação do estado dar assistência ao cidadão. A Regulação só tem resolubilidade na propaganda institucional do governo. Eu solicito de S. Ex.^a que esse meu conterrâneo de São Gonçalo dos Campos não sirva para aumentar a estatísticas de óbitos ocorridos em função da falta de competência da Secretaria da Saúde do Estado, enfim, do governo do estado de prover a assistência à saúde dos cidadãos da Bahia.

Quero aproveitar a presença aqui, no Plenário, do ilustre presidente Nelson Leal para encaminhar a V. Ex.^a um requerimento, e peço-lhe a permissão para ler, fazer a leitura.

(Lê) *“Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, requeiro na forma do art. 84, parágrafo 4º do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 23.284/2019, de minha autoria, que dispõe sobre a*

obrigatoriedade da instalação de sinais sonoros para os pedestres em todos os semáforos localizados no Estado da Bahia.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2019.”

Caro presidente, a simbologia desse requerimento é mais importante, muito mais importante para o Parlamento da Bahia, porque eu quero, com esse requerimento, puxar o fio do novelo para que possamos, de agora em diante, deputada Olívia Santana e todas as representantes do sexo feminino com assento nesta Casa, que são, se não me falha a memória, dez, que estão muito interessadas em fazer esta Casa produzir, ter produção legislativa, deputado Robinson Almeida... Com esse requerimento,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Excelência, eu abro a porteira, abro a porteira, o objetivo é esse. Não simplesmente para analisar, aprovar ou não um projeto de minha autoria, mas para que todos os outros deputados se sintam livres para tomar iniciativa igual e possamos alcançar o objetivo que não é só meu, é da maioria desta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Casa, para, galvanizada por V. Ex.^a que está na Presidência desta Casa, estabelecermos novos tempos para o Parlamento da Bahia.

A Assembleia Legislativa, assim se comportando, deputado Robinson, deputado Alan, deputado Aderbal Fulco Caldas, deputada Olívia Santana, deputado Samuel Junior, deputado Adolfo Menezes, nós iremos conseguir resgatar a imagem do Legislativo junto à população e, sobremaneira, estaremos lutando para reconquistar o nosso espaço junto à população e junto a atividade política.

Muito obrigado, Sr. Presidente, aguardo deferimento por parte de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, eu queria explicar a V. Ex.^a que nós temos procurado ter aqui uma posição de muita isenção, mas, sobretudo, de respeito para com os parlamentares.

O art. 84, ele é bastante claro: “Ressalvadas as exceções regimentais, as Comissões terão o prazo de 15 dias para dar o parecer às proposições ou emendas.

§ 1º - Em segunda discussão...”

O parágrafo 4º diz: “Esgotados os prazos previstos neste artigo, o Presidente da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado ou Comissão, deverá incluir a proposição na Ordem do Dia, designando Relator para proferir parecer oral, se este não tiver sido emitido.”

Defiro a questão de ordem de V. Ex.^a...

O Sr. Targino Machado: Muito obrigado, embora não devesse lhe agradecer.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O requerimento... quer dizer, o requerimento de V. Ex.^a, vou ver se já tem...

O Sr. Targino Machado: Já! Completou no dia 6.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, vou ver se tem relator, porque se não tiver eu vou designar na próxima sessão, quando nós já estaremos com ele na Ordem do Dia. O.K.?

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Excelência, olhe, não deveria...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, peço-lhe vênua. Não deveria agradecer a V. Ex.^a pela consciência que eu tenho de que não se deve agradecer pelo que se tem por direito, deve-se ter por direito. Mas preciso agradecer a V. Ex.^a em razão da sua envergadura, sua estatura pessoal e política, porque nem sempre a Casa teve alguém com assento nessa cadeira com a responsabilidade que V. Ex.^a tem demonstrado para com o resgate da dignidade do Legislativo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a é suspeito, porque é um amigo fraterno, mas tenha a certeza de que nós estamos tentando fazer ao máximo, nos esforçando para que o Parlamento baiano seja cada vez mais próximo, principalmente, da sociedade, que é o grande papel nosso, ser a caixa de ressonância da sociedade baiana.

Pela ordem o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, vou permitir que... é para fazer uma questão de ordem aqui agregando valor à fala de V. Ex.^a e à do deputado Targino. Mas eu vou fazer logo após o pronunciamento do deputado Robinson, para que ele não perca o Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agradeço a V. Ex.^a pela gentileza. V. Ex.^a é um cavalheiro.

Com a palavra o deputado Robinson Almeida Lula.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, convidados aqui presentes, imprensa que nos acompanha, o Brasil ontem ficou estarrecido com as revelações do *site The Intercept*, que colocou, de forma bastante convincente, as informações secretas que estavam no âmbito da operação Lava Jato. Operação essa que se iniciou em 2014 e que foi saudada pelo povo brasileiro porque tinha anunciado o objetivo explícito de combater a corrupção no país.

Essa operação tomou iniciativas, no início, de acusar poderosos, de desbaratar um esquema dentro da Petrobras. Mas depois, na sua sequência, foi trazendo dúvidas, porque o seu caráter seletivo de orientar as operações no sentido de um partido político, de um grupo político se tornaram evidentes.

Surgiu do anonimato a figura de Sérgio Moro, juiz de primeira instância que foi alçado pela mídia tupiniquim a um novo herói de toga. E esse ministro Sérgio Moro muitas vezes atropelou a legislação brasileira. Casos evidentes e flagrantes de sua conduta estão nos grampos da presidenta Dilma e, depois, de sua revelação à imprensa sem autorização do STF. Sérgio Moro também conduziu uma prisão coercitiva do

presidente Lula que não tinha nenhum tipo de cabimento, porque não o tinham chamado para depor antes.

E com o passar do tempo foi ficando evidente que a operação tinha um caráter tendencioso, que o juiz não se mostrava de forma imparcial e estava ancorado numa legião de procuradores que se colocavam também como verdadeiros caçadores de uma agremiação política no Brasil. Procuradores esses chefiados pelo Deltan Dallagnol, que ficou conhecido por produzir um *powerpoint* em que tentava incriminar o presidente Lula.

Mas o que é que esse *site* revela? O que é que o jornalista Glenn Greenwald revela? Revela que a Lava Jato manipulou a opinião pública, que a Lava Jato criminalizou o Partido dos Trabalhadores e que a Lava Jato tinha como objetivo principal prender o presidente Lula. Não há mais nenhuma dúvida. O rei está nu! As informações que são reveladas para todo o mundo colocam a cumplicidade entre o Ministério Público, que tem o papel constitucional de acusar, e o juiz, que tem que manter a neutralidade para poder julgar. Há uma verdadeira promiscuidade, uma combinação entre a ação do Ministério Público e a ação do juiz Sérgio Moro.

Portanto, não cabe mais qualquer dúvida. Nesse momento, têm que ser tomadas as atitudes que o caso, que esse escândalo requer. Em primeiro lugar, Sérgio Moro tem que ter revogadas todas as suas decisões de primeira instância. O STF tem que libertar o presidente Lula, que não cometeu nenhum crime e foi condenado de maneira intencional e sem provas por Sérgio Moro e por Deltan Dallagnol, que fez a acusação indevida.

Em segundo lugar, a Câmara, o Congresso Nacional tem que convocar uma CPI para investigar esse tipo de conduta que depõe contra a Justiça brasileira, que depõe contra o Estado Democrático de Direito.

Em terceiro lugar, o STF tem que fazer justiça. Ele tem que absolver o presidente Lula e tem que cancelar todas as decisões que vieram a partir desse processo fraudulento.

Além disso, esse ministro não tem mais nenhuma condição de exercer o cargo. Como é que pode ele, que comanda a Polícia Federal, que é o pivô desse escândalo, continuar nessa função pública? Função pública que, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) diga-se de passagem, está relacionada com o trabalho que ele fez em benefício do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero, aqui, propor que esta Casa dê uma medalha honrosa, a Comenda Dois de Julho, a esse jornalista Glenn Greenwald. Ele fez, prestou um grande serviço à verdade e à democracia em nosso país.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E a Bahia, berço da nossa Nação, tem que sair na frente para homenagear os bons profissionais. Ele, que já ganhou – concedido por uma instituição americana – o Prêmio Pulitzer pelo bom jornalismo praticado, merece também ser agraciado por esta Casa pelo grande serviço prestado à nossa democracia.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é somente a ponta do *iceberg*; são 2 anos de mensagens gravadas. Certamente, o mundo ainda vai se escandalizar com as revelações que esse arquivo digital vai proporcionar dessa relação indevida, inadequada, promíscua e inaceitável entre um juiz de 1ª instância e o Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, acompanhei o pronunciamento do nobre deputado e amigo Robinson Almeida. Quero dar ciência à Casa que também já li atentamente todas as publicações que saíram na imprensa até aqui a respeito dessas mensagens trocadas entre o juiz Moro e o coordenador da Lava Jato.

Ainda não estou, Sr. Presidente, convencido da culpabilidade do ministro nem do procurador. Preciso, primeiro, que todas as mensagens sejam analisadas, cotejadas, sob pena de pecarmos no prejulgamento. Essas mensagens podem ter sido descontextualizadas, e qualquer um está submetido a ser refém disso. Ninguém é réu sem direito de defesa, é o que prescreve, deputado Robinson, a nossa Constituição Federal.

Acredito que precisamos de um pouco de cautela. Mas quem errou, seja quem for – magistrado ou procurador, presidente da República ou governador – que pague pelo seu erro. E que a pena seja absolutamente proporcional ao erro. Investigado não pode ocupar cargo público, é o que defendo.

E hoje a imprensa noticiou o caso do diretor de Gestão Comercial e de Desenvolvimento da Companhia das Docas do Estado da Bahia. Quero dizer que não conheço esse cidadão, o Sr. Fábio Luiz Lima de Freitas, que, segundo as denúncias que me chegaram, é ligado ao PT. Ele, que desembarcou na Bahia trazido pela secretária de Governo do governo Jaques Wagner, a Sr.^a Eva Chiavon, é investigado pela Polícia Federal. E acho que quem é investigado não pode ocupar cargo público. A não ser que o presidente da República, que é quem o nomeou para ocupar cargo no seu governo, não tenha solicitado currículo, mas prontuário.

O Sr. Fábio Luiz Lima de Freitas precisa se defender. Repito, precisa se defender. Acredito, deputado Robinson, que todas as denúncias fundadas que chegam ao nosso gabinete, seja contra quem for, precisam ser desfraldadas e trazidas a público.

Digo essas coisas, Sr. Presidente, para, em seguida, solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Que essa verificação seja absolutamente regimental, com a convocação dos Srs. Deputados, depois de o painel ser zerado, para que eles compareçam.

Peço também que V. Ex.^a mande abrir o tempo de 15 minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes de dar a questão de ordem, deputados, eu só queria aproveitar para...

O Sr. Alan Sanches: Eu estava inscrito, deputado Nelson Leal, até antes do deputado...

O Sr. Targino Machado: Precisa zerar o painel primeiro, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Antes do andamento, deixe eu só registrar que estão ali os jovens estudantes da Escola Nossa Gente, do bairro Pau da Lima. (Palmas) Sejam muito bem-vindos. A Assembleia os recebe de braços abertos. É uma satisfação enorme recebê-los aqui. Tenham a certeza de que nós acreditamos muito na educação. Só com educação de qualidade que vamos ter um país melhor.

Queria passar a palavra, pela ordem, aos deputados Robinson, Alan e Marcelino Galo.

Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Pela ordem, deputado Robinson Almeida Lula.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Sr. Presidente, ouvi atentamente a questão de ordem formulada pelo deputado Targino. Sobre o primeiro aspecto da sua formulação, deputado, a respeito do vazamento – fato denunciado em todo o mundo – das mensagens secretas trocadas por membros da cúpula da Lava Jato, eu até quero louvar esse sentimento de cautela que V. Ex.^a expressa aqui. Mas, deputado Targino, os próprios envolvidos não desmentiram o conteúdo.

Moro disse que não deu nenhuma orientação de investigação, mas não disse que era mentiroso, que era inverídico. O que não é verdade é que não haja uma orientação. Essa é uma absoluta verdade. Ele orienta antecipar uma operação prevista para ser feita mais tarde, orienta a inversão, e também dá sugestões objetivas de como o Ministério Público deve proceder no caso. Portanto, a sua posição não foi de contestar a verdade dos fatos. Da mesma forma, o Dallagnol.

Os procuradores da Lava Jato em Curitiba emitiram uma nota em que não contestam a veracidade das informações e das mensagens; apenas se fazem de vítima desse vazamento. Ora, ora, vazamento foi um instrumento utilizado pela própria operação como método de buscar apoio na opinião pública. O feitiço virou contra o feiticeiro.

Então, creio que é muito importante a sua percepção de que é preciso essas informações terem mais andamento, mais investigação, mas os próprios denunciados não estão contestando a sua veracidade.

Sobre o segundo caso colocado por V. Ex.^a, não conheço a pessoa a quem o senhor se refere. Mas, se está na Codeba, certamente ele foi indicado pelo governo Temer ou pelo governo Bolsonaro. Se permanece lá, é por conta desse processo de indicação, que não tem nada a ver com o Partido dos Trabalhadores, que é oposição ao governo Bolsonaro. Creio, então, que deveria ser cobrado dos representantes do governo federal a manutenção desse funcionário no cargo.

Essa é a minha reflexão em relação às questões colocadas aqui.

Aproveito para dizer a todos que tenham interesse em participar do andamento desta sessão, que o tempo está correndo, mas ainda faltam cerca de 12 minutos para o comparecimento.

O Sr. Targino Machado: Deputado Robinson, creio que não precisaremos de mais do que 2 ou 3 dias para a cortina ser aberta na sua plenitude, e assim poderemos ver se é necessário – se entenderem desse modo – eles se declararem suspeitos. Ou então, se restar provado o que está aí, ser declarado o impedimento deles por S. Ex.^a o presidente da República.

Como também o impedimento do diretor da Codeba. Neste caso, quero esclarecer que não quis botar nome de ninguém, mas, como V. Ex.^a me obrigou a fazê-lo, tenho de dizer que ele foi trazido para a Bahia pelo ex-governador Jaques Wagner e está lá com o apoio do ex-governador Jaques Wagner. Essas são as informações que me chegaram. Não estou aqui afirmando; estou simplesmente trazendo a denúncia.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, retornando ao tema debatido 10 minutos atrás, devo dizer que sou um defensor vigoroso de que esta Casa precisa apreciar os projetos de iniciativa dos deputados. Mas não sei se seria uma boa iniciativa os deputados avocarem, me parece, o art. 84 para que, depois de passado o prazo legal e regimental, as suas proposições venham logo para o plenário, pois assim haverá uma enxurrada de projetos aqui.

Acho que poderíamos, sim, já começar a fazer um acordo de Lideranças para que possamos, todo mês, trazer dois projetos de cada deputado para irmos zerando essa pauta. Independentemente disso, os deputados que acharem interessante que os seus projetos já venham, regimentalmente poderão utilizar o art. 84.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para contribuir...

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: Deputado Marcelino Galo, eu solicito de V. Ex.^a compreensão...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Ele tem...

O Sr. Targino Machado: (...) para, contemporaneamente à questão de ordem do deputado Alan Sanches, que está saindo, prestar a seguinte contribuição.

Não concordo com a opinião do deputado Alan Sanches de que vai haver uma enxurrada de projetos aqui no Plenário. Até porque eu estou torcendo, justamente, para que ocorra essa enxurrada e possamos apresentar uma produção legislativa.

E quero, aqui, dizer ao Sr. Presidente Nelson Leal, aos companheiros da Bancada do Governo, inclusive ao Líder Rosemberg Pinto, que vou levar para a reunião da Bancada da Oposição um encaminhamento – meu, como líder – de todos os projetos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de autoria dos deputados para que se possa fazer um acordo – aqueles em que possa existir acordo – entre os Líderes do Governo e da Oposição, para que não seja exigido quórum de votação, e que possamos votar às segundas, terças, quartas e quintas-feiras. Todos os dias termos votação nesta Casa. Só assim iremos resgatar a imagem.

Muito obrigado, deputado Marcelino Galo, pela oportunidade que me deu.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, tenho um respeito muito grande pelo deputado Targino Machado. Mas eu acho que, por exemplo, tem declarações da voz de Moro ali – ele dizendo que quando foi flagrado na ilegalidade do grampo que ultrapassou o período judicial –, que ele disse que aquilo não tinha importância, que o mais importante era o conteúdo das gravações. E agora o feitiço voltou para o feiticeiro.

Então, o que se está esperando? Como é que um ministro da justiça de um país, o maior responsável por coordenar as forças policiais, as forças investigativas, o chefe da Polícia Federal, ocupando seus cargos ali... Como é que eles vão proceder para investigar a si mesmos?

É possível? Existe isso? Eles têm que renunciar ou – no mínimo, se tivessem vergonha, se honrassem o Poder Judiciário e a carreira de polícia – eles pediriam afastamento imediato. E pediriam que o Conselho Nacional de Justiça investigasse um, e o Ministério da Justiça investigasse o chefe da Polícia Federal.

Porque, se isso fosse em qualquer país, hoje, as eleições seriam anuladas. Isso comprometeu. Isso levou à vitória do atual governo, que o nomeou ministro e que disse que havia um acordo – isso quem falou foi o presidente que o nomeou – para ele ocupar a Suprema Corte. Ele seria ministro do Supremo Federal. E isso é público! Isso é público...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) então, o que foi flagrado agora na história – e aí foi a história, eu falava isso, e o deputado Alan Sanches brincava... mas a história é implacável em desmascarar as farsas.

Então, isso é uma trama jurídica que foi orquestrada. Isso, hoje, deputado, está nos principais jornais do mundo. O mundo cobra do Brasil. Então, o que nós vamos esperar para que eles sejam investigados? Nós, os brasileiros, temos que exigir. Eles têm que renunciar. Eles não têm moral, não têm nenhuma sustentabilidade ética pelos cargos que exercem. O juiz julga, o acusador acusa, o direito de defesa foi negado. Os advogados de defesa foram gravados de forma ilegal. Isso é o estado de exceção, nós estamos vivendo um estado de exceção.

Então, aqui não cabe outro argumento. E não adianta a gente misturar as coisas. Queiram ou não, se essa figura, no passado, teve alguma relação, isso é da vida, se trocam de partidos. Mas quem nomeou esse rapaz na Codeba não foi Jaques Wagner, porque não tem poder para isso. Quem nomeou foi Jair Bolsonaro, que aqui alguns chamam de messias. Messias do Satanás! Porque esse não é messias de coisa nenhuma!

O que o messias anuncia é o tempo novo. E esse é o sujeito da morte, da destruição, está destruindo o nosso país, a democracia, a liberdade, a educação do nosso povo.

Estive, na semana passada, no sábado, na UFRB. É triste ver um esplendoroso momento, ali...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quando está se formando a juventude negra, a juventude pobre, 80% recebem até dois salários mínimos. Isso não pode ser destruído! Então, nós temos que apurar, e eles não têm como investigar a si próprios. A ética diz: se afastem e deixem que a sociedade brasileira conheça esses fatos, que são repugnantes, podres...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.) (...) que assustaram o mundo. Então...

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Para concluir, colega.

O Sr. Marcelino Galo Lula: (...) Lula livre, para concluir.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Como o senhor pediu uma questão de ordem, o senhor, por gentileza, marque a sua presença. E o meu amigo ali, Targino, também já levantou a mão pedindo uma questão de ordem...

O Sr. Targino Machado: Eu teria que marcar de qualquer jeito, porque fui eu quem solicitou a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Mas fique à vontade, Excelência, o senhor tem até 2 minutos e 40 segundos para...

O Sr. Targino Machado: Já registrei a minha presença, Excelência.

Quero dizer ao deputado Marcelino Galo que controvérsias existem. A opinião dele será sempre muito bem vista por mim, porque, por mais que uma opinião possa me desagradar ou ir ao encontro do que penso, pior é não ter opinião.

Então, acato as considerações de V. Ex.^a. Só quero dizer a V. Ex.^a que a Codeba está, atualmente, no governo de Bolsonaro, sob o controle de agentes políticos, de deputado federal ligado ao grupo do PT, ligado a Jaques Wagner, V. Ex.^a sabe disso. Esse não é o primeiro petista a ser nomeado pelo Bolsonaro, que também acho que é uma biruta de aeroporto que está dando prejuízo. Toda vez que fala dá prejuízo ao Brasil. Bom seria que ele ficasse silente, caladinho, porque prestaria um serviço maior ao nosso país.

Agora, todo mundo merece e precisa do contraditório. Vamos ouvir, vamos dar prazo de 2 dias ao procurador da República e ao ex-juiz Sérgio Moro, para falarem. E acho que 2 dias é muito pouco tempo para ver o que vai acontecer. Se eles vão se declarar suspeitos, ou se serão declarados impedidos, viu, deputado Marcelino Galo? Mas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o PT está tirando partido das indicações da Codeba. V. Ex.^a sabe disso.

O Sr. PRESIDENTE (Samuel Junior): Não havendo mais quórum regimental, declaro encerrada a presente sessão. Amanhã à tarde estamos aqui de volta, para mais uma sessão plenária.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.